

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0100-4409

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Boletim Mensal do Instituto de Economia Agrícola

VOL. 12

Nº 10

OUTUBRO 1982

7 SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

ARTIGOS TÉCNICOS

19 Pesquisa Agrícola em São Paulo

ESTATÍSTICAS AGRÍCOLAS

- 31 Preços Médios Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo
- 37 Preços Médios de Pescado Recebidos pelos Armadores da Pesca, no Estado de São Paulo
- 38 Preços Médios Recebidos pelos Fruticultores, Estado de São Paulo
- 40 Preços Médios de Venda no Mercado Atacadista, Cidade de São Paulo
- 42 Composição dos Grupos de Produtos para Publicação dos Preços Médios Mensais no Varejo na Cidade de São Paulo
- 43 Preços Médios Mensais no Varejo na Cidade de São Paulo
- 51 Cesta de Mercado - Cidade de São Paulo
- 52 Preços Pagos pela Agricultura, Cidade de São Paulo
- 55 Índices Mensais de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo
- 57 Proporção da Participação dos Produtos no Índice Mensal de Preços Recebidos pelos Agricultores e sua Variação em Relação ao Mês Anterior, Estado de São Paulo
- 58 Índices Mensais de Preços Pagos pela Agricultura Paulista
- 60 Variação Percentual dos Índices de Preços Recebidos e Pagos na Agricultura Paulista
- 61 Índices Mensais de Paridade, Estado de São Paulo
- 62 Distribuição Percentual de Crédito Rural em São Paulo
- 63 Preço Médio Observado no Mercado a Termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 64 Número de Contratos Negociados a Termo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 65 Cotação Média de Fechamento para Entrega Futura na Bolsa de Mercadorias de São Paulo
- 66 Exportação pelo Porto de Santos
- 67 Dados Climáticos do Estado de São Paulo

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Publicação Mensal do Instituto de Economia Agrícola

Corpo Técnico do IEA

Diretor Geral: Natanael Miranda dos Anjos

ASSESSORIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Antônio Ambrósio Amaro, Afonso Negri Neto, Claus Floriano Trench de Freitas, Oscar José Thomazini Etori, Paul Frans Bemelmans, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Pérsio de Carvalho Junqueira, Sebastião Nogueira Júnior

DIVISÃO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISES ESTATÍSTICAS

Diretor: Fernando Antônio de Almeida Séver

Abel Ciro Minniti Igreja, Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, Elizabeth Alves, Ismar Florêncio Pereira, José Carlos Gomes dos Reis Filho, José Roberto Vicente, Laura Olíttia de Souza Barros, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Manuel Joaquim Martins Falcão, Maria Carlota Meloni, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demetrio Santiago, Milton Nogueira de Camargo, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Samira Aoun Marques, Waldemar Pires de Camargo Filho

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO

Diretor: Mauro de Souza Barros

Alfredo Tsunehiro, Ana Maria Futino, Antônio José Braga do Carmo, Célia Regina R. P. Tavares Ferreira, Clotilde Cantos, Domingos Desgualdo Netto, Eloisa Elena Bortoleto, Éverton Ramos de Lins, Flávio Condé de Carvalho, José Luiz T. Marques Vieira, José Roberto da Silva, Lidia Hatue Ueno, Marina Brasil Rocha, Maria de Lourdes do Canto Arruda, Marisilda Nabhan, Nelson Giuffetti, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Paulo Augusto Wiesel, Roxana Maria Moraru Topel, Sylvia Regina Hellmeister, Vitória da Silva Pereira Biller, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

DIVISÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Nelson Batista Martin

Alceu de Arruda Veiga Filho, Ana Elisa Brito Garcia, Élcio Umberto Gatti, Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Sebastião de Lima, Luiz Carlos Assef, Malimíria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Elisa Benetton Junqueira, Michael David Holzhacker, Nelson Kazaki Toyama, Regina Junko Yoshii, Sérgio Gomes Vassimon, Sônia Martins Giordano

DIVISÃO DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Minoru Matsunaga

Arthur Antônio Ghilardi, César Roberto Leite da Silva, Daniel Ribeiro Júnior, Denyse Chabaribery, Eduardo Pires Castanho Filho, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, José Eduardo Rodrigues Veiga, José Roberto Viana de Camargo, Maristela Simões do Carmo, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Richard Domingues Dulley, Roberto de Assumpção, Selma do Paço Bignarde, Silvia Toledo Arruda, Valquiria da Silva, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

DIVISÃO DE APOIO À PESQUISA

Diretor: Francisco Alberto Pino

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Antônio Roger Mazzei, Celuta Moreira César Machado, Devancyr Aparecido Romão, Júlio Humberto Jimenez Ossio, Luiz Carlos Miranda, Maria de Lourdes Barros Camargo

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Aguri Sawatani

Cleusa Batista Pastori, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriella Menni Ferreri, Maria Luiza Alexandre Peão

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Ismar Florêncio Pereira

Antônio Augusto Botelho Junqueira, Sebastião Nogueira Júnior, José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, José Roberto Viana de Camargo, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

Bibliografia: Maria Luiza Alexandre Peão

Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Av. Miguel Estéfano, 3900 - 04301, São Paulo, SP

Caixa Postal, 8114 - 01000, São Paulo, SP

Telefone: (011) 276-9266

Telex: (011) 34067 - SAGR-BR e (011) 22484 - DNSC-BR

Impresso no Setor Gráfico do IEA, com a colaboração técnica e financeira do Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda e Instituto Brasileiro do Café.



SITUAÇÃO
DA AGRICULTURA

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

— Setembro de 1982 —

Com uma demora que preocupava sobremaneira o setor cafeeiro, foram divulgadas em setembro as condições de financiamento de custeio da safra 1982/83. Em relação a esta safra, a decisão foi a da formulação de um "Plano de Assistência Financeira à Safra Cafeeira de 1982/83" (PLANCAFÉ), através da Circular nº 729 do BACEN (Banco Central do Brasil). O PLANCAFÉ 1982/83 compreende os seguintes programas: a) Programa de Custeio de Cafezais; b) Programa de Melhoria da Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras; c) Programa Especial de Incentivos a Sociedades de Cafeicultores; d) Programa de Plantio de Cafezais no Nordeste; e) Programa de Melhoria da Infra-estrutura Regional. O interessante a se destacar no PLANCAFÉ é que não se refere a um programa de longo ou mesmo de médio prazo, mas apenas à safra de 1982/83.

No que diz respeito ao Programa de Custeio de Cafezais, à semelhança dos financiamentos concedidos às culturas anuais, foram estipulados os Valores Básicos de Custeio, segundo faixas de produtividade:

- a) de 10 a 15 sacas de café em coco/ha: Cr\$ 51.200,00/ha;
- b) de 16 a 30 sacas de café em coco/ha: Cr\$ 86.800,00/ha;
- c) de 31 a 45 sacas de café em coco/ha: Cr\$ 120.200,00/ha;
- d) acima de 45 sacas de café em coco/ha: Cr\$ 141.000,00/ha.

As regras para o financiamento acompanham, também, as decisões das demais culturas, cujos montantes se dão através da fixação do VBC. Assim, os beneficiários do setor cafeeiro terão direito a coberturas de acordo com a sua classificação em mini/pequeno, médio e grande produtor, recebendo, respectivamente, coberturas relativas a 100%, e 70% e 50% do VBC. Admite-se também aos produtores de café a concessão de "crédito de custeio complementar" ⁽¹⁾, ou seja, aquele cujos encargos são equivalentes a juros de até 12% a.a. e correção monetária equivalente aos índices de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Com o sentido de examinar as condições de financiamento de custeio do café em São Paulo, tomou-se as estimativas dos desembolsos monetários dos produtores realizados pelo IEA, em diferentes regiões e com diferentes produtividades médias, e comparou-se com os respectivos Valores Básicos de Custeio, através de uma aproximação às faixas de produtividade (quadro 1).

Observe-se que esses VBCs recentemente fixados asseguram uma expectativa aproximada de cobertura de apenas metade dos desembolsos dos mini e pequenos produtores, ou seja, aqueles com direito a coberturas relativas a 100% dos VBCs. Portanto, as coberturas dos desembolsos dos médios e grandes produtores são bastante inferiores, como pode ser conferido no mesmo quadro.

⁽¹⁾ Circular nº 727, de 31/08/82, do BACEN.

QUADRO 1. - Desembolso Monetário em Fertilizantes e Defensivos e Gastos com Tratos Culturais para a Cultura do Café e Valores Básicos de Custeio (VBC) para a Safra 1982/83, Estado de São Paulo, 1982

Regiões e produtividades	Desembolso monetário (Cr\$/ha) ⁽¹⁾	VBCs ⁽¹⁾ (Cr\$/ha)	100%VBC (Mipe)	70%VBC (Mē)	50%VBC (Gde)
DIRA de BAURU ⁽²⁾					
16 a 30 sacos de café em coco	167.689,93	86.000	52%	36%	26%
DIRA DE CAMPINAS ⁽²⁾					
31 a 45 sacos de café em coco	223.294,66	120.200	54%	38%	27%
DIRA DE RIBEIRÃO PRETO					
Acima de 45 sacas	289.242,68	141.000	49%	34%	24%

⁽¹⁾ Mipe = mini e pequeno produtor; Mē = médios produtores; Gde = grandes produtores.

⁽²⁾ As propriedades médias dessas regiões foram enquadradas dentro das faixas de produtividade que compõem os VBCs, de forma aproximada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e BACEN.

Do ponto de vista formal, essa questão de pequenas coberturas pelo crédito rural a taxas de juros preferenciais foi resolvida pela concessão do "crédito de custeio complementar", à taxa de juros compatíveis com o mercado financeiro. Entretanto, do ponto de vista dos produtores de café, a questão é da capacidade de sobrevivência diante das condições precárias de comercialização do produto, levando ainda em consideração que grande parte da produção paulista é representada por pequenos empresários agrícolas, com produtividades consideradas médias.

Todos os demais programas que compõem o PLANCAFÉ 1982/83 serão relacionados a seguir com seus objetivos básicos, devendo-se recorrer à Circular nº 729 para um melhor conhecimento.

O Programa de Melhoria da Infra-estrutura na Propriedade de Café tem como objetivo básico conceder créditos para implantação ou ampliação da infra-estrutura nas propriedades cafeeiras, devendo financiar: a) construção de lavadores, terreiros e tulhas; b) aquisição de secadores; c) aquisição de despulpadores (apenas nos Estados do NE). O Programa Especial de Incentivo às Sociedades de Cafeicultores objetiva basicamente estimular e atender à formação, desenvolvimento e integração de sociedades de cafeicultores, visando sua maior participação no processo de produção e comercialização. Por este programa são financiadas a implantação de usina de preparo de café, por via úmida ou seca; a instalação de escritórios ou filiais nos portos ou no exterior, com vistas à exportação de café; a

implantação de sistema de comunicação e informação de mercados, compreendendo a aquisição dos equipamentos, e construção de unidades processoras e armazenadoras de café.

Segue-se o Programa de Plantio de Cafezais no Nordeste, com o objetivo de reformar o plantio de café no Nordeste. Finalmente, o Programa de Melhoria da Infra-estrutura Regional tem como objetivo financiar projetos de interesse dos governos estaduais, com vistas ao desenvolvimento da infra-estrutura das regiões cafeeiras. Este programa abrange os Estados do RJ, MG, RO, ES e BA, sendo beneficiários dos créditos as companhias estaduais ligadas aos setores de construção e eletrificação rural. Segundo esse programa, são financiáveis a construção de estradas vicinais, eletrificação rural e investimento necessários à melhoria nos sistemas de armazenagem e beneficiamento.

Sem entrar no mérito dessas medidas em particular, questiona-se o impacto destas em um setor recentemente estrangulado, o qual teria tão pouco tempo para uma tomada de decisão tão importante, qual seja de investimentos.

Outra decisão de política econômica com reflexo no setor agrícola foi o de aumento nos derivados de petróleo, que tiveram em setembro novo reajuste, passando o preço de venda de gasolina "A" e "C" para Cr\$144,00 o litro, e o litro do óleo diesel para Cr\$84,00. O aumento do preço da gasolina corresponde a um incremento de 92% em relação ao preço vigente em setembro ⁽²⁾ de 1981, enquanto que o óleo diesel teve um incremento de 100% nos seus preços, em relação ao mesmo período. Destaca-se que de dois anos para cá, o Governo vem fixando reajustes nos preços do óleo diesel acima da inflação; apenas neste último reajuste a taxa de crescimento dos preços se aproxima à taxa inflacionária.

Por outro lado, a cana-de-açúcar e seus produtos industriais tiveram pelo Ato nº 31/82, de 28/09/82, do Instituto de Açúcar e do Alcool, reajustes nos seus preços. Dessa forma, os preços-base da tonelada da cana-de-açúcar, fornecida às usinas e destilarias autônomas, ficam reajustados em todo o território nacional em 31%, passando a ser os indicados nos quadros 2 e 3. Desta forma os preços de cana-de-açúcar posto na esteira, no Estado de São Paulo, sem PIS, ICMS e FINSOCIAL, elevou-se para Cr\$3.184,45/t, apresentando crescimento nominal de 95,9% em relação ao preço que vigorava em outubro de 1981, que era de Cr\$1.625,53/t. A diferenciação do preço da cana entre regiões é mantida, o que envolverá volumosos recursos para equalização de preços. Assim, o preço de cana em São Paulo e demais Estados é cerca de 11% menor que o do Rio de Janeiro, 5% menor que o de Minas e Espírito Santo e 30% que o do Norte-Nordeste.

(²) Os preços da gasolina e óleo em julho/junho/agosto e setembro de 1981 são, respectivamente, Cr\$75,00 e Cr\$42,00.

QUADRO 2. - Formação dos Preços de Cana-de-Açúcar, Brasil, Setembro de 1982

(em Cr\$ / tonelada)

DISCRIMINAÇÃO	OPERAÇÕES INTERNAS			
	Centro-Sul (ICM-16%)			Norte-Nordeste (ICM - 16%)
	Rio de Janeiro	Minas Gerais e Espírito Santo	Demais Estados	
Preço no Campo	3.174,94	3.014,99	2.863,68	4.156,21
Transporte	<u>388,80</u>	<u>320,77</u>	<u>320,77</u>	<u>388,80</u>
Subtotal	3.563,74	3.335,76	3.184,45	4.545,01
PIS - 0,75%	32,30	30,23	28,86	41,20
FINSOCIAL - 0,5%	21,53	20,16	19,25	27,46
ICM	<u>689,06</u>	<u>644,98</u>	<u>615,72</u>	<u>878,79</u>
Preço da Cana na Festeira	4.306,63	4.031,13	3.848,28	5.492,16

Fonte: Ato nº 3.182, de 28/09/82, do Instituto do Açúcar e do Alcool.

QUADRO 3. - Formação dos Preços da Cana-de-Açúcar, Brasil, Setembro de 1982

(em Cr\$ / tonelada)

Discriminação	Operações interestaduais								
	Sudeste-Sul							Centro-Oeste (ICM-11%)	Norte-Nordeste (ICM-11%)
	Rio de Janeiro		Minas Gerais		Demais Estados		Espírito Santo (ICM-11%)		
	Dentro da Região (ICM-11%)	Fora da Região (ICM-9%)	Dentro da Região (ICM-11%)	Fora da Região (ICM-9%)	Dentro da Região (ICM-11%)	Fora da Região (ICM-9%)			
Preço no campo	3.174,94	3.174,94	3.014,99	3.014,99	2.863,68	2.863,68	3.014,99	2.863,68	4.156,21
Transporte	<u>388,80</u>	<u>388,80</u>	<u>320,77</u>	<u>320,77</u>	<u>320,77</u>	<u>320,77</u>	<u>320,77</u>	<u>320,77</u>	<u>388,80</u>
Subtotal	3.563,74	3.563,75	3.335,76	3.335,76	3.184,45	3.184,45	3.335,76	3.184,45	4.545,01
PIS - 0,75%	30,46	29,78	28,51	27,88	27,22	26,61	28,51	27,22	38,85
FINSOCIAL - 0,5%	20,31	19,85	19,01	18,58	18,14	17,74	19,01	18,14	25,90
ICM	<u>446,73</u>	<u>357,37</u>	<u>418,16</u>	<u>334,16</u>	<u>339,19</u>	<u>319,33</u>	<u>418,16</u>	<u>399,19</u>	<u>569,74</u>
Preço da Cana na Esteira	4.016,24	3.970,74	3.801,44	3.716,72	3.629,00	3.548,13	3.801,44	3.629,00	5.179,50

Fonte: Ato nº 31/83, de 29/09/82, do Instituto do Açúcar e do Alcool.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

O Índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas, em setembro de 1982, praticamente manteve-se nos mesmos níveis do mês anterior, com acréscimo de apenas 0,47% (figura 1), sendo de 2,57% a variação do índice dos produtos animais e de -1,13% a dos produtos vegetais.

Dentre os produtos vegetais, laranja (18,1%), banana (12,8%), amendoim (10,3%) e arroz (4,7%) tiveram os maiores aumentos verificados no mês. A participação destes produtos no índice mensal de preços recebidos pelos agricultores foi de 1,0%, 0,7%, 4,4% e 7,4%, respectivamente. Por outro lado, produtos como a mandioca (29,7%), tomate (16,9%), batata (4,7%), soja (3,6%), feijão (2,6%) e cebola (0,1%) apresentaram queda nos seus índices. Estes participaram com 1,5%, 2,1%, 3,0%, 0,1%, 2,1% e 0,6%, respectivamente, no índice mensal. Para o grupo de produtos animais, itens como ovos (13,3%) e bovinos (4,7%) tiveram as maiores variações.

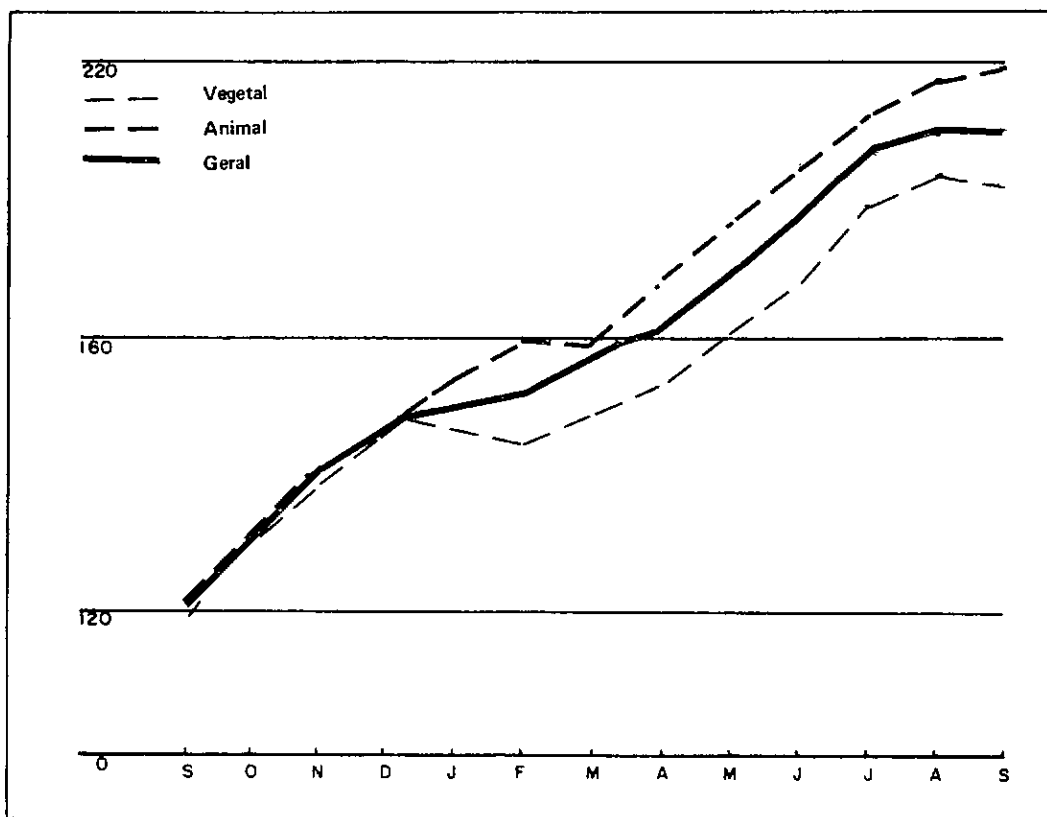


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores no Estado de São Paulo, Setembro de 1981 a Setembro de 1982. Base: 1961-62 = 100.

Comparando-se o índice de setembro de 1982 com igual mês de 1981, nota-se que cebola (667,4%), suínos (143,6%), arroz (134,5%), chá (115,5%) e café (105,5%) tiveram aumentos maiores do que a inflação observada no período. Em termos reais, de cruzeiros de setembro de 1982, estes aumentos representaram 293,3%, 24,9%, 10,4% e 5,3% respectivamente. Os produtos que sofreram quedas nos preços neste período foram feijão (-20,2%), tomate (-6,9%), mandioca (-5,4%) e amendoim (-0,7%), que em termos reais significaram quedas de -59,1%; -52,3%, -51,5% e -49,1%, respectivamente. No agregado, o índice geral de preços teve acréscimo de 82,7%.

O índice geral de preços pagos pela agricultura paulista em setembro elevou-se significativamente em 10,5%, devido à variação de 15,2% no índice de insumos adquiridos no próprio setor agrícola e de 8,4% no de insumos adquiridos fora do setor (figura 2). Os itens adquiridos no próprio setor, que tiveram os maiores aumentos, foram alimento de origem agrícola (17,7%), animal de produção (15,2%) e animal de trabalho (6,1%). Dentre os itens adquiridos fora do setor, destacaram-se serviços comprados (46,7%), vacina e medicamento (14,8%), inseticida e fungicida (14,4%), aquisição de máquinas e equipamentos (11,2%), adubos (11,1%) e combustível e lubrificantes (8,8%).

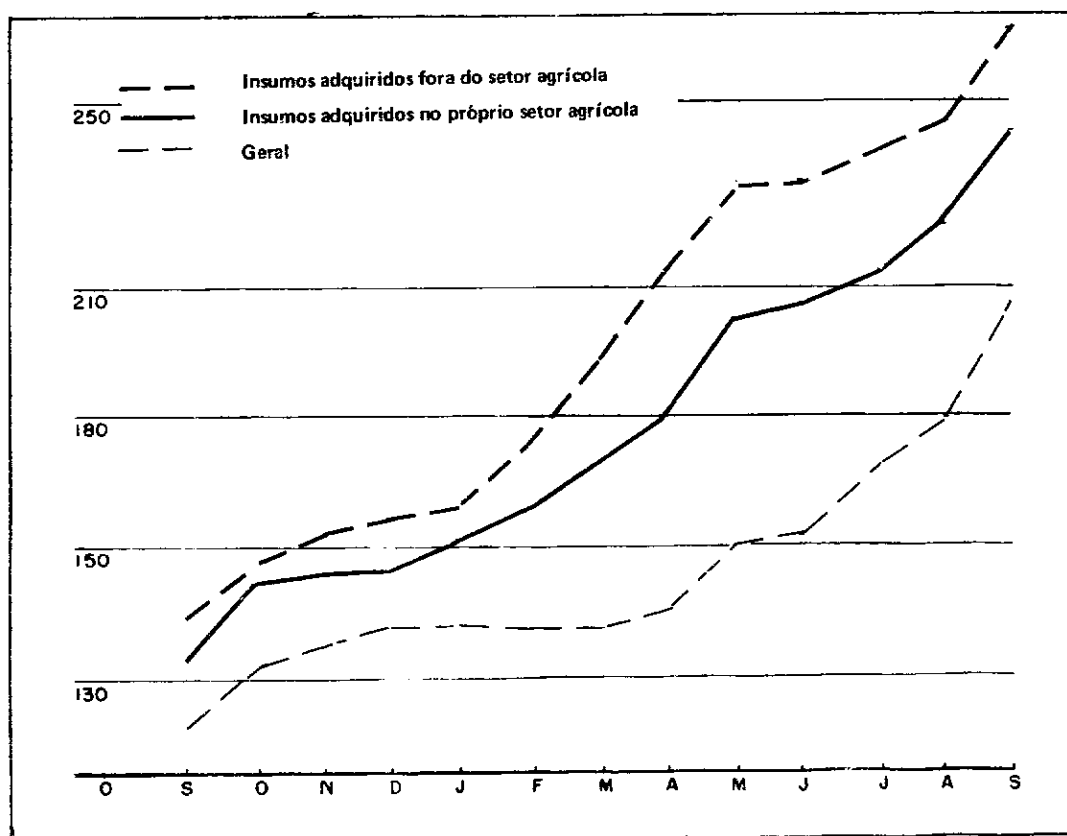


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista, Setembro de 1981 a Setembro de 1982. Base: 1961-62 = 100.

Relativamente ao mesmo mês do ano anterior, o índice de preços pagos obteve acréscimo de 87,9%, sendo 95,1% para os insumos fora do setor e 73,7% para os consumidos no próprio setor agrícola. Itens como vacina e medicamentos (126,9%), reparo (119,1%) e aquisição de máquinas e equipamentos (113,2%), serviços comprados (106,8%), inseticida e fungicida (100,9%), combustível e lubrificantes (99,7%) e construção e reparo (97,4%) tiveram aumentos maiores do que a inflação do período. A menor variação coube novamente a alimentação de origem agrícola, com 48,0% apenas.

Dada a situação analisada acima, tem-se como decorrência um índice de paridade inferior a 100 e decrescente, ou seja, os agricultores tiveram um saldo líquido negativo em 9,0%. Esta perda torna-se pouco menor quando se compara o índice de preços pagos pelos insumos adquiridos no próprio setor que teve decréscimo de 7,3% (figura 3).

Comparando-se a variação do índice de preços recebidos pelos agricultores (IPR) com a do índice geral de preços, do conceito de disponibilidade interna, observa-se novamente a situação de inferioridade na qual se encontra a agricultura paulista. Este setor tem sido um dos maiores prejudicados pela inflação existente. Neste mês, o índice de preços por atacado, no item alimentar, apresentou comportamento semelhante ao do IPR (figura 4).

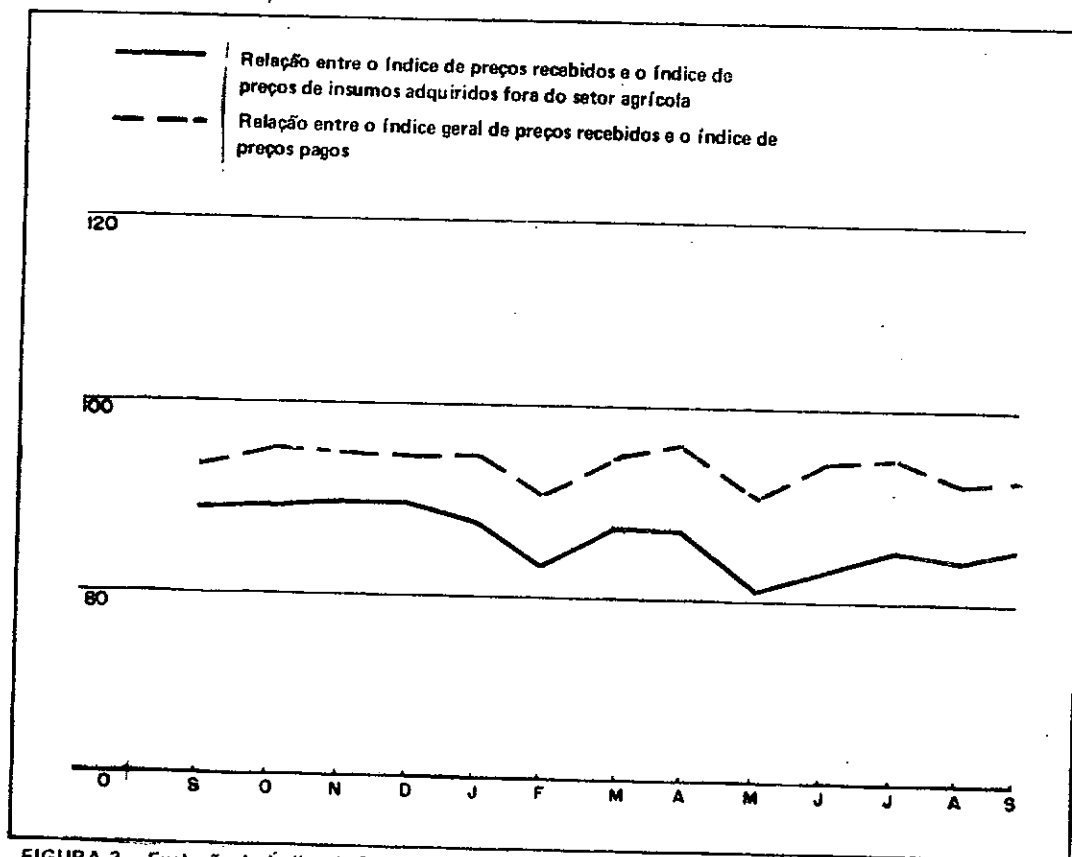


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo, Setembro de 1981 a Setembro de 1982.
Base: 1961-62 = 100.

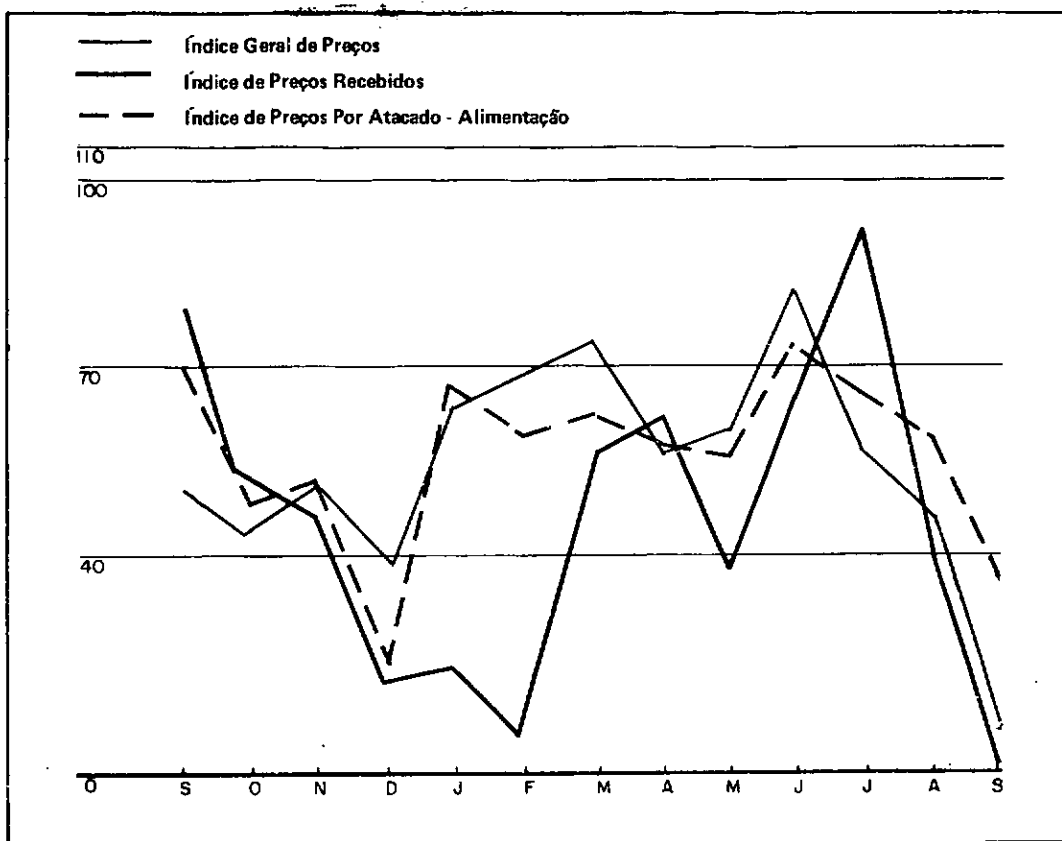


FIGURA 4. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores Paulistas do Índice Geral de Preços e do Índice de Preços por Atacado-Alimentação, Setembro de 1981 a Setembro de 1982.

CESTA DE MERCADO

A cesta de mercado atingiu, em setembro de 1982, o valor de Cr\$27.344,23, apresentando crescimento da ordem de 2,3% em relação ao mês anterior. Essa taxa foi inferior à observada em setembro de 1981 (5,3%). A evolução nos últimos 12 meses, setembro de 1981 a setembro de 1982, foi de 83,9% (quadro 4).

O mês de setembro de 1982 acusou aumento da despesa média com os produtos de origem animal de 3,7%, superior ao observado com os produtos de origem vegetal que foi da ordem de 1,4% (quadro 2), sendo que as participações dos produtos animais e vegetais no custo da cesta foram de, respectivamente, 40,3% e 59,7%.

As maiores elevações do grupo dos vegetais foram registradas por cebola, com 14,8%, e frutas com 17,7%. Verifica-se queda com hortaliças (-7,4%), macarrão (-5,8%), óleos (-4,4%) e tubérculos (-3,0%). Os produtos básicos, como o arroz e o feijão, permaneceram estáveis.

Com relação aos produtos animais, os incrementos relevantes ocorreram para carne bovina, com 5,6%, carne suína, com 4,3%, e laticínios com 2,9%.

QUADRO 4. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, São Paulo, 1982

Mês	Variação em relação a		
	Mês Anterior	Dez. 1981	Mesmo mês de 1981
Jan.	4,4	4,4	74,0
Fev.	4,9	9,5	73,6
Mar.	7,2	17,5	77,9
Abr.	4,2	22,3	76,4
Mai.	5,7	29,3	84,1
Jun.	8,7	40,6	95,5
Jul.	7,1	50,6	98,7
Ago.	5,7	59,2	89,2
Set.	2,3	62,9	83,9

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e do Total da Cesta de Mercado em Relação ao Mês Anterior, na Cidade de São Paulo, 1981 e 1982

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982
Jan.	8,0	4,1	9,3	4,9	8,5	4,4
Fev.	6,2	5,2	3,5	4,5	5,2	4,9
Mar.	5,8	8,7	3,0	4,7	4,7	7,2
Abr.	4,7	0,9	5,5	9,8	5,0	4,2
Mai.	-0,2	8,0	3,6	2,2	1,3	5,7
Jun.	2,3	9,1	2,5	8,0	2,3	8,7
Jul.	3,7	1,1	8,0	17,4	5,4	7,1
Ago.	13,8	7,1	6,9	3,7	11,0	5,7
Set.	6,1	1,4	4,0	3,7	5,3	2,3
Out.	4,0	...	2,4	...	3,4	...
Nov.	4,1	...	3,1	...	3,1	...
Dez.	6,9	...	2,8	...	5,3	...
Variação média mensal	5,4	5,1	4,6	6,5	5,1	5,6
Variação acumulada ⁽¹⁾	87,9	55,3	70,4	75,6	80,9	62,9

(1) A variação acumulada de 1981 tem como base dezembro de 1980 e a variação acumulada de 1982 tem como base dezembro de 1981.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.